

**XI CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS**  
**Montevideo - Uruguai**  
**Setembro/2015**

**PROPONENTE:** Núcleo de Estudos sobre Processo Coletivo - ESM (Coordenadora Cintia Teresinha Burhalde Mua)

**TESE 7: PROCESSO COLETIVO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (NCPC)**

**EMENTA:** O magistrado, na presidência do processo, verificando que a ação individual tem alcance coletivo ou que o litígio envolva a solução uniforme de conflito de interesse relativo a uma mesma relação jurídica plurilateral, tem o poder-dever de priorizar a ferramenta de gerenciamento processual prevista no artigo 139, X, NCPC, remetendo peças processuais para os co-legitimados à propositura da ação coletiva respectiva.

**JUSTIFICATIVA**

CONSIDERANDO o princípio constitucional do acesso à jurisdição (artigo 5º, XXXV, CF/88);

CONSIDERANDO o princípio constitucional da duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, CF/88);

CONSIDERANDO que o veto ao artigo 333, I, do NCPC representou um retrocesso na seara do tratamento coetâneo da ação individual que tenha alcance coletivo, em razão da tutela de bem jurídico difuso ou coletivo, assim entendidos aqueles definidos pelo art. 81, parágrafo único, incisos I e II, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e cuja ofensa afete, a um só tempo, as esferas jurídicas do indivíduo e da coletividade; CONSIDERANDO que o veto ao artigo 333, II, do NCPC representou um retrocesso na seara do tratamento coetâneo da ação individual que tenha por objetivo a solução de conflito de interesse relativo a uma mesma relação jurídica plurilateral,

cuja solução, por sua natureza ou por disposição de lei, deva ser necessariamente uniforme, assegurando-se tratamento isonômico para todos os membros do grupo; CONSIDERANDO que a prestação jurisdicional deve ser adequada à natureza da demanda, assegurando efetivo acesso material à jurisdição;

CONSIDERANDO que os instrumentos relativos à racionalização do julgamento das ações repetitivas não são sucedâneos da solução molecular das demandas massivas;

Os membros do Núcleo de Estudos Sobre Processo Coletivo da Escola Superior da Magistratura da AJURIS submetem os seguintes enunciados de teses ao XI Congresso de Magistrados Estaduais.

**PLENÁRIA: Aprovada à unanimidade.**